O LUGAR DA SACRALIDADE RÉGIA NA JUSTIFICAÇÃO E DEFESA DA DINASTIA DE TRASTÂMARA

Danielle Oliveira Mércuri

Mestranda em história e cultura social pela Faculdade de História, Direito e Serviço

Social – UNESP campus Franca, bolsista FAPESP.

dani_mercuri@yahoo.com.br

O caráter sobrenatural que envolvia os reis medievais foi objeto de estudo de alguns historiadores renomados, como Marc Bloch e Ernst Kantorowicz, os quais voltaram mais detidamente suas análises para os reinos da França e da Inglaterra, destacando a expressiva importância dos rituais de unção e coroação para a configuração da realidade dual — humana e divina — dos monarcas franceses e ingleses. Dessa maneira, a consagração e a coroação nesses reinos, de acordo com a perspectiva desses historiadores, além de comporem um rito político por meio do qual se fundamentava a legitimidade da sucessão e do status real do poder, contribuíam igualmente para tornar público o fundamento religioso da eleição do soberano por Deus (LE GOFF, 2001, P.10-31). Assim, a obra de Marc Bloch *Os reis taumaturgos* e a obra de Ernst Kantorowicz *Os Dois Corpos do Rei*, muito mais do que constituírem obras fundamentais sobre a antropologia histórica do poder e suas representações na Idade Média, divulgaram a noção de que a monarquia francesa e inglesa foram os modelos mais elaborados de uma realeza sagrada na Idade Média, uma vez que os reis ungidos e coroados haviam alcançado a chancela divina, a qual permitia que os monarcas realizassem ações milagrosas e curativas.

Partindo então dessa historiografia sobre o modelo sagrado do poder régio via unção e coroação, alguns historiadores debruçaram-se sobre a Península Ibérica afim de: ou negar a existência de uma realeza sagrada nesse espaço (RUIZ, 1984), em virtude da ausência, ou até mesmo rarefeita frequência desses rituais; ou confirmar a presença de traços semelhantes (SORIA, 1988), no que tange à esfera divina dos reis, entre as porções setentrionais e meridionais da Europa Medieval. O que parece, portanto, inegável e intrigante, é que além de tentarem aplicar o modelo de realeza sagrada a

espaços distintos daqueles estudados por Bloch e Kantorowicz, alguns historiadores limitaram-se a enxergar apenas na unção, coroação e poder curativo dos reis, as formas únicas dos reis medievais alcançarem a graça divina (RUCQUOI, 1992).

Considerando tudo isso, diferentemente desses historiadores, meu objetivo é indagar sobre como os reis castelhanos se envolveram com a esfera do sagrado, sem, contudo, partir de modelos já definidos ou mesmo limitar a sacralidade dos reis a certos rituais, mas sim deixar que as fontes selecionadas digam por quais vias os monarcas castelhanos conseguiam alcançar a chancela divina. Devo lembrar ainda que a máxima paulínia “Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, por que não há autoridade que não venha de Deus” (ROMANOS XIII, V.1), máxima corrente ao longo da Idade Média, permeou as práticas governativas na Europa Ocidental e, do mesmo modo, exigiu dos reis castelhanos uma atenção maior aos deveres que como representantes de Deus na terra, deveriam praticar, e da mesma forma exigiu desses monarcas ações e gestos que evidenciassem a marca que Deus havia impresso neles.

Levando isso em consideração interrogarei um conjunto de crônicas produzidas pelo chanceler Pero López de Ayala em Castela no século XIV, momento em que na escrita desse reino se concede maior atenção à associação entre o poder dos reis e a esfera sagrada que esse poder guardava, período também em que esse reino presencia, tendo em vista a crise de legitimidade que assola o reino pela ascensão da nova dinastia –Trastâmara– o empenho de por intermédio da escrita, conferir legitimidade à mesma, o que é realizado recorrendo-se à esfera do sagrado. Logo, são relevantes as seguintes questões: quais são as ações e os gestos desses reis dignos de serem lembrados, preservados e repetidos ao longo dos tempos, por meio da escrita? O que faz com que esses reis sejam inspirados por Deus? Quais atributos revelam a chancela divina nesses soberanos? Para alcançar essas respostas me aterei nessa conferência à composição da imagem de D. Pedro I, monarca que antecede a Dinastia de Trastâmara e cujo assassinato funda a mesma, quer dizer aos atos e gestos desse rei que deveriam ser lembrados para serem evitados. Desse modo, partirei da negativa imagem de um rei para pensar as ações afirmativas que deveriam envolver um bom rei.

Para uma aproximação à maneira como o chanceler Pero López de Ayala representou o poder dos reis da Dinastia de Trastâmara, bem como construiu a imagem do rei que antecedeu tal dinastia, algumas reflexões trazidas por certos pensadores — cujas obras tiveram uma imensa aceitação no final da Idade Média e ajudaram a definir a conduta cristã — são de suma importância, já que foi recorrendo ao corpus dos textos

de alguns pensadores lidos, interpretados e glosados em Castela, isto é, foi se apropriando de discursos que compunham uma tradição sobre a origem e os deveres do rei, que Ayala compôs suas crônicas.

No desempenho da tarefa compositiva das crônicas ayalinas, duas obras conhecidas pelo mesmo título, *De regiminem principum*, mas escritas por filósofos diferentes Tomás de Aquino e Egídio Romano, foram referenciais. A primeira delas também conhecida pelo título *De regno* ou *Do governo dos príncipes ao Rei de Chipre* foi escrita por São Tomás de Aquino a pedido do rei do Chipre provavelmente entre os anos de 1265 e 1267, nela Aquino busca analisar a origem do reino e o que compete ao ofício do rei, o que faz realizando uma síntese entre a filosofia pagã aristotélica e a cosmologia cristã, despojando a primeira dos traços daqueles elementos inaceitáveis a um crente. Já a segunda, conhecida pelo título de *Regimento de Príncipes* foi mandada fazer, por volta de 1285, pelo rei da França Felipe o- Atrevido- a Egídio Romano para compor a educação do príncipe Felipe o- Belo- de quem Egídio Romano era preceptor.

Nesse livro Egídio Romano compõe uma verdadeira summa do pensamento medieval sobre a realeza, partindo de reflexões já realizadas por Aristóteles e São Tomás de Aquino. Esse livro, dividido em três partes, aborda respectivamente a dimensão humana, a dimensão familiar e a dimensão do reino. Assim, na primeira dessas dimensões Egídio menciona como o rei deveria governar a si mesmo, quais virtudes deveria alcançar, quais vícios deveria evitar e quais hábitos e emoções o monarca deveria interiorizar. No que tange à dimensão familiar o autor indica quais relações deveriam existir entre o rei e seus familiares e o quão importante era a educação do príncipe desde seus primeiros anos de vida. Por fim, na terceira parte do livro Egídio faz menção: ao bem comum como finalidade da comunidade política, às excelências da monarquia, aos perigos da tirania e ao governo em tempos de paz e guerra.

Amplamente difundido por toda a França, o *Regimento de Príncipes*, foi o livro de ensinamentos sobre como conduzir o poder mais divulgado em toda a Europa na Baixa Idade Média, tendo encontrado largo espaço entre as leituras feitas pelos castelhanos e portugueses nos séculos XIV e XV. Em Castela, no século XIV, D. Juan Manuel, em seu *Libro de los Estados*, recomendava:

se quiseres saber quais são as maneiras e os costumes dos bons reis e dos tiranos, e que diferença há entre eles, busca o livro feito por frei

Gil, da ordem de Santo Agostinho, que chamam *De Regimini principum*, que quer dizer ‘Do governo dos Príncipes’ (PÉREZ, 2005, P. XXIII)

Até mesmo o próprio Ayala menciona diretamente Egídio Romano no *Libro Rimado de Palacio*:

Qual regimento devem os príncipes ter
está escrito nos livros que podemos ler;
Egídio o Romano, homem de grande saber,
em ‘Regimine principum’ o bem fez compor.

Não pretendo escrever como ele, pois ele falará,
melhor do que eu diria, ali você verá,
nobres ensinamentos, que prazer tomará [...] (AYALA, 1993, P. 243-244)

Precisamente em virtude desse grande interesse foram escritas versões literais, versões glosadas, resumos e adaptações do Regimento de Príncipes, os quais tiveram considerável circulação nos reinos (BUESCU, 1996, P.50). Entre as versões glosadas é importante mencionar aquela escrita em Castela, no ano de 1344, pelo frei Juan García de Castrojeriz. Maior atenção ainda deve ser dada ao fato de que, guardadas as devidas particularidades, o frei Juan García de Castrojeriz, de maneira semelhante a Egídio Romano, também escreve a glosa motivado pelo compromisso de educar um príncipe. Quer dizer, da mesma maneira que Felipe o –Atrevido–, na corte francesa do século XIII, manda Egídio Romano escrever um regimento para compor a educação do infante Felipe o –Belo–, D. Afonso XI, na corte castelhana do século XIV, incumbe ao frei Juan García de Castrojeriz a tarefa de glosar esse mesmo regimento para contribuir na educação do infante Pedro. Infante esse que assassinado por seu irmão bastardo D. Henrique, o conde de Trastâmara, é ironicamente representado como um tirano na crônica escrita pelo chanceler Ayala por não seguir os preceitos e deveres indicados no referido regimento, glosado justamente para compor a educação desse rei.

Alguns momentos narrados por Ayala na crônica do rei D. Pedro I e seu irmão D. Henrique II, expressam significativamente os passos seguidos pelo chanceler ao compor a imagem do rei D. Pedro I de forma negativa, visto que focam os atos e os gestos realizados por esse rei que, de acordo com a tradição do Regimento de Príncipes, o afastavam dos seus deveres perante Deus e seus súditos. Tais ocasiões são expressas por diversas ações cometidas pelo rei Pedro I, as quais acarretavam o seu descrédito,

como: matar muitos homens do reino, agir movido pela luxúria e cobiça e não agir com justiça.

Como já adiantado, com a morte do rei D. Afonso XI o seu filho primeiro e legítimo, obtido através da união desse rei com a rainha D. Maria, é alçado rei de Castela, Leão e Jaén. Todavia, apesar de ser o primeiro e legítimo filho de Afonso XI, D. Pedro I, não era o único filho desse rei, já que Afonso XI tivera com D. Leonor de Guzmão filhos ilegítimos. Assim, quando da trasladação do corpo do rei D. Afonso XI a Sevilha para ser enterrado em uma capela, em virtude da ameaça ao reino representada por D. Leonor e seus filhos, a mesma é presa publicamente e morta a mando da rainha D. Maria, mãe do rei D. Pedro I. Gesto esse que trouxe, segundo o chanceler Ayala, pesar a alguns do reino e propiciou muitos conflitos por vingança.

E isso pesou muito a muitos do reino, por que entendiam que por tal coisa como acontecera viriam grandes guerras e escândalos no reino, segundo foram, já que D. Leonor tinha grandes filhos e muitos parentes, e destes fatos, por grande vingança cresceram muitos males e danos que poderiam ser evitados; pois muito mal e muitas guerras nasceram em Castela por essa razão. (AYALA,1997, P-34)

Com essas palavras o chanceler antecipa as contendas que estariam por vir entre D. Pedro I e seus irmãos ilegítimos, como também adianta uma das ações frequentemente praticadas no reinado desse mesmo rei, que acarretava o seu descrédito. Isto é, as mortes inumeráveis ocorridas a mando desse rei, que agia movido pela ira e pela vingança. Por isso, quando Pedro I, após assumir o reinado, convoca cortes e nota que alguns nobres homens do reino não haviam comparecido, o mesmo fica bastante contrariado. Desse modo, ao chegar a Burgos e escutar alguns homens dizerem que o nobre Garçi Laso tinha muitas companhias consigo e que no momento em que o rei havia ficado doente em seu primeiro ano de reinado, o mesmo Garçi Laso cogitava a ascensão de outro rei, Pedro I manda matar esse homem e deixá-lo na rua, onde touros pisoteavam o corpo que ali jazia.

E mandou o rei que deixassem o corpo na rua e assim foi feito. E esse dia era domingo, portanto como o rei entrava novamente na cidade de Burgos, corriam touros na praça, diante dos palácios do bispo de Sarmental, onde Garçi Laso jazia, e não o levantaram dali. E o rei viu como o corpo de Garçi Laso jazia na terra e passavam os touros em cima dele [...] (AYALA,1997, P-34)

Dessa forma, a atmosfera de insegurança presente no reinado de Pedro I, descrita pelo chanceler, delineada pelas mortes inumeráveis promovidas pelo rei contra aqueles que pretensamente representavam uma ameaça ao seu reinado, espargia o medo entre os

povos do reino. Logo, na mesma proporção em que crescia o medo do rei Pedro I entre os povos do seu reino, também crescia o número daqueles que buscavam no conde Henrique de Trastâmara segurança e representação “por que alguns cavaleiros de Castela, com medo que haviam do rei, andavam fugindo e apartando-se dele e alguns iam para junto do conde” (AYALA, 1997, P-40).

Ademais, se somam a esses atos indignos do rei Pedro I, os inumeráveis pecados e vícios praticados pelo mesmo, os quais são sutilmente apontados pelo chanceler ao longo da narrativa. Por conseguinte, entendendo como pecados e vícios todos os atos e gestos do rei opostos às virtudes e sendo essas últimas “todas as disposições boas da alma”, as quais “os reis deveriam ter todas, ou principalmente estudar para que tivessem as exemplares, por que assim como os reis eram mais nobres e mais altos que todos os outros homens, também tinham mais obrigações do que todos os outros”, ao não possuí-las e nem praticá-las, ou mesmo ao possuir e praticar o oposto delas, o monarca estaria se afastando dos seus deveres (PÉREZ, 2005, P-85).

Considerando isso, ao deixar-se envolver pela luxúria, visto que mesmo casado com Dona Blanca de Bourbon, Pedro I a deixa logo após o casamento para envolver-se com Dona Maria de Padilha, como também ao tomar muitos ofícios e terras de nobres homens para concedê-los aos parentes dessa senhora; o rei demonstrava não conseguir se reger, bem como evidenciava não poder oferecer bons exemplos aos seus súditos, além de demonstrar que se afastava da vontade de muitos homens do reino. Pois, como considera Ayala, “Luxúria é pecado de carne mortal,/ que destrói o corpo e faz muito mal/ à alma e à fama/ e a todos é igual/ em trazer perdição [...]” (AYALA, 1993, P-152).

Egídio Romano já tinha claramente advertido para isso, alegando que muito deveria ser repreendido o rei, caso arriscasse sua ventura entregando-se às deleitações carnisais. Primeiro, porque essas o rebaixavam muito e o faziam deixar de ser humano, já que a vida deleitosa e carnal fazia o homem se assemelhar às bestas. Segundo, porque o fazia muito menosprezado entre os homens, tendo em vista que o fazia parecer-se com aqueles que dormiam e ficavam embriagados, uma vez que esses se mantinham privados da razão nesses estados. E terceiro, porque as deleitações carnisais tornavam o rei indigno de ser senhor e rei, por que esse não usava a sabedoria, virtude que tornava o homem digno de ser rei e senhor (PÉREZ, 2005, P.30-31). Não obstante essas contra-indicações feitas pelo filósofo, como aponta o chanceler, o rei D. Pedro I se deixa conduzir pelas deleitações carnisais.

Outros desregramentos praticados pelo rei, como lembra Ayala, eram motivados pela cobiça, a qual, segundo as palavras do cronista, “é raiz de todos os males do mundo” e colocou no coração do rei D. Pedro “tudo o que adiante ouvirás que foi feito” (AYALA, 1997, V.II, P.59). Começa, então, o cronista a discorrer que, quando os mouros do reino de Granada estavam divididos entre dois reis: Mahomad e Bermejo e ainda lutavam constantemente contra os guerreiros castelhanos, este último veio a Castela, no ano de 1362, com o intuito de selar tréguas com o rei Pedro I, contudo, ele e os mouros que o acompanhavam são enganados, roubados e mortos pelo rei castelhano. Desse modo, a despeito de o rei Bermejo tentar recordar a vassalagem e o passado de tréguas entre Castela e Granada, o rei castelhano, em um primeiro momento, o recebe bem e demonstra estar de acordo com as tréguas, mas “logo soube como o rei Bermejo trazia muitas jóias ricas em ‘aljofar’ e pedras preciosas, D. Pedro I teve grande cobiça delas” (AYALA, 1997, V.II, P.59). Tanto que, depois de prender o rei mouro e todos aqueles que o acompanhavam e depois de retirar dos mesmos todas as jóias que traziam, o rei ainda mandou “colocá-los todos em um campo grande, que é em Sevilha parte que dizem ‘Tablada’”, e ao rei Bermejo, por ser cavaleiro, mandou “colocar em um asno vestido com uma saia vermelha [...], e conjuntamente aos trinta e sete mouros os fez matar ali” (AYALA, 1997, V.II, P.60).

Tendo em vista tudo isso, muitos eram os malefícios ocasionados pelo gesto cobiçoso do rei Pedro I, mas, além da cobiça, outra má atitude, apontada por Ayala, acarretava o descrédito do rei: a falta de justiça. Como lembra Ayala no *Livro Rimado do Palácio*: “A justiça, que é virtude tão nobre e louvada/ que castiga os maus e a terra provou/ devem-na guardar os reis e não a devem esquecer/ sendo pedra preciosa de sua coroa honrada/ Ao rei que amar justiça/ Deus sempre o ajudará [...]”(AYALA, 1993, P.197). Tal justiça, porém, o rei Pedro I não praticava, pois a colocava abaixo das suas vontades e deleitações, ao matar muitos do reino sem que merecessem: “Pelo rei matar homens, não o chamam de justiceiro/ já que esse seria nome falso, pois mais próprio é carniceiro” (AYALA, 1993, P.198). Ao não cumprir suas promessas, ao tomar as terras e os ofícios de muitos nobres cavaleiros, ao não medir esforços para conquistar riquezas e nomear impropriamente de justiça suas intenções e motivações, era este o rótulo que melhor lhe cabia.¹ Dessa forma, embora o rei tivesse o dever de ser justiceiro, por que o

¹ Egídio Romano, no **Regimento de Príncipes**, partindo de Aristóteles, desenvolve largamente essa idéia de que o rei era a justiça animada e a partir dele todos os povos do reino deveriam buscar orientação. Na glosa desse regimento realizada pelo frei Juan García de Castrojeriz, o mesmo recorre a Cícero, a Santo

rei era a regra animada pela qual os homens do reino deveriam buscar referência, a justiça praticada pelo rei castelhano era torta e por ela tortamente se guiava o reino.² E como o rei D. Pedro I, segundo vai traçando Ayala na crônica, amava mais suas vontades do que a justiça, perdia com o não exercício dessa o apoio divino, já que deixava de ser o vigário da justiça de Deus na terra. Quer dizer, como o rei deveria ser a justiça animada, a lei vivente de Deus no âmbito terrestre, em sua existência dual — humana e divina —, o não cumprimento da justiça caracterizaria o afastamento de Cristo.³

Dessa maneira, por meio do realce às ações censuráveis do rei D. Pedro I, da emissão de juízos de valores sobre as atitudes desse monarca e do destaque aos atos e gestos do rei que o afastavam da tradição sobre o reto regimento dos príncipes, Ayala acaba justificando o assassinato do rei D. Pedro I, a ascensão da nova dinastia e até mesmo a sua mudança de posicionamento entre os reis. Isto é, a despeito de Ayala representar a nova nobreza e a nova dinastia que ascendem ao poder em Castela no século XIV, o chanceler buscou na tradição, os argumentos para reafirmar a posição ocupada por essas. Para tanto, a dimensão sagrada do poder real teve expressiva relevância, já que Pedro I, de acordo como Ayala o desenha, não se mostrava inspirado por Deus, não agia conforme sua condição de representante divino na esfera terrestre, pois esse rei não conseguia ter o controle de si, não podia oferecer pelos seus gestos e ações bons exemplos a seus súditos e tão pouco se orientava em prol do bem comum.

É, por conseguinte, a partir dessa imagem real negativa construída por Ayala e pela tradição que o mesmo repete ao compô-la, que se pode alcançar como os castelhanos do século XIV entendiam como os reis eram agraciados ou mesmo inspirados por Deus, bem como em que momentos ou quais atitudes permitiam aos reis alcançarem a dimensão divina que seus corpos possuíam. Por sua vez, embora em

Agostinho e a Valério, no sentido de oferecer exemplos de bons reis que agiram com retidão e justiça. Tais idéias são desenvolvidas entre as páginas 117 e 122

² Egídio Romano, no **Regimento de Príncipes**, partindo de Aristóteles, desenvolve largamente essa idéia de que o rei era a justiça animada e a partir dele todos os povos do reino deveriam buscar orientação. Na glosa desse regimento realizada pelo frei Juan García de Castrojeriz, o mesmo recorre a Cícero, a Santo Agostinho e a Valério, no sentido de oferecer exemplos de bons reis que agiram com retidão e justiça. Tais idéias são desenvolvidas entre as páginas 117 e 122.

³ De acordo com as análises realizadas por Ernst Kantorowicz em **Os dois corpos do rei**, a figura do rei na Idade Média sempre aparece como realidade dual, sendo três as versões dessa dualidade. Uma delas, em virtude da sagração dos reis com os santos óleos, ressalta no rei a perspectiva mista do seu corpo, que ao mesmo tempo que é humano, também é divino, em virtude da graça concedida através da sagração. Outra versão coloca o rei como vigário da Justiça de Deus na terra, sendo essa virtude intermediária entre a natureza humana e divina dos reis. Por fim, as inter-relações entre Igreja e Monarquia teriam ajudado a definir o rei a partir de dois corpos, um místico e imortal e outro terreno e mortal.

Castela não tenha sido freqüente a sagração dos monarcas com santos óleos e nem o ritual da coroação- momentos a partir dos quais alguns reis alcançavam a inspiração divina-, por via das ações virtuosas praticadas pelos reis castelhanos e por meio dos bons exemplos que esses deveriam oferecer para conduzir seu povo à beatitude celestial, tal inspiração era alcançada (SORIA, 1986, P.723). Assim, a moralidade da ação dos reis castelhanos evidencia-se nas crônicas escritas por Ayala, de maneira associada à prática governativa que os mesmos deveriam realizar⁴, bem como o meio para se atingir a inspiração, a graça, o prestígio maior concedido por Deus aos homens na terra.

Pensando nisso, é restringir muito a sacralidade dos reis medievais levar somente em consideração a unção e a coroação, como as únicas formas de irrupção do espírito divino e da moção de Deus nos reis, já que outras foram as formas pelas quais os reis castelhanos e de certo modo, os reis ibéricos, alcançaram a expressão divina.

FONTES

Crónica Del Rey Don Pedro y Del Rey Don Enrique su Hermano, hijos Del Rey Don Alfonso Onceno. AYALA, Pero López. Ed org Germán Orduña. CONICET: Buenos Aires, 1997.

Libro Rimado de Palacio. AYALA, Pero López. Ed. Org. Kenneth Adams. Ediciones Catedra: Madrid, 1993.

Glosa Castelhana al “Regimiento de Príncipes” de Egídio Romano. CATROJERIZ, Juan Garcia, Ed. Org. PÉREZ. Juan Beneyto. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, 2005.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe- Discurso Normativo e Representação (1525-1549)**. Lisboa: Cosmos, 1996.

KANTOROWICZ, Ernst. H. **Os Dois Corpos do Rei. Um Estudo sobre a Teologia Política Medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. PALAZZO, Éric. **Le sacre royal à l'époque de Saint Louis**. França: Gallimard, 2001.

LE GOFF, Jacques. PALAZZO, Eric (orgs). **Le sacre royal à l'époque de Saint Louis**. França: Éditions Gallimard, 2001.

RUCQUOI, Adeline. **De los Reyes que non son taumatugos: los fundamentos de la realeza en España**. Relaciones, 1992.

RUIZ, Teófilo. **Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge**. Annales. Economies, Sociétés, Civilisations. Année 1984, vol 39, número 3.

⁴ Aristóteles discorre sobre a indissociabilidade entre a prática do poder e a moralidade da ação em Política e Ética a Nicômano.

SORIA, José Manuel Nieto. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII- XVI)** Eudema:Madrid, 1988.

_____. **Imágenes religiosas del rey y poder real en la Castilla de siglo XIII. En la España Medieval.** tomo V. Editorial de la Universidad Complutense: Madrid, 1986.

ORDUÑA, German. **El arte narrativo y poético del canciller Ayala.** CSIC: Madri, 1998